

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: Língua Portuguesa → 01 a 10; Legislação → 11 a 20; Conhecimentos Específicos → 21 a 50.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

As questões de 01 a 07 desta prova baseiam-se no texto abaixo.

Corrupção cultural ou organizada?

Renato Janine Ribeiro

Ficamos muito atentos, nos últimos anos, a um tipo de corrupção que é muito frequente em nossa sociedade: o pequeno ato, que muitos praticam, de pedir um favor, corromper um guarda ou mesmo violar a lei e o bem comum para obter uma vantagem pessoal. Todavia, foi e é importante prestar atenção à responsabilidade que temos, quase todos, pela corrupção política, praticada por gente eleita por nós.

Esclareço que, por corrupção, não me refiro à sua definição legal, mas à ética. Corrupção é o que existe de mais antirrepublicano, isto é, mais contrário ao bem comum e à coisa pública. Por isso, pertence à mesma família que tráfegar pelo acostamento, furar a fila, passar na frente dos outros. Às vezes, é proibida por lei; outras, não.

Mas, aqui, o que conta é o seu lado ético; não o legal. Deputados brasileiros e britânicos fizeram despesas legais, mas não éticas. É desse universo que trato. O problema é que a corrupção “cultural”, pequena, disseminada — que mencionei acima — não é a única que existe. Aliás, sua existência nos poderes públicos tem sido devassada por inúmeras iniciativas da sociedade, do Ministério Público, da Controladoria Geral da União (órgão do Executivo) e do Tribunal de Contas da União (que serve ao Legislativo).

Chamei-a de “corrupção cultural”, pois expressa uma cultura forte em nosso país, que é a busca do privilégio pessoal somada a uma relação com o outro permeada pelo favor. É, sim, antirrepublicana. Dissolve ou impede a criação de laços importantes. Mas não faz sistema, não faz estrutura. No entanto, há outra corrupção que, essa, sim, organiza-se sob a forma de complô para pilhar os cofres públicos — e mal deixa rastros. Já a corrupção “cultural” é visível para qualquer um. Suas pegadas são evidentes. Bastou colocar as contas do governo na internet para saltarem aos olhos vários gastos indevidos, os quais a mídia apontou no ano passado.

Mas nem a tapioca de R\$ 8 de um ministro nem o apartamento de um reitor — gastos não republicanos — montam um complô. Não fazem parte de um sistema que vise a desviar vultosas somas dos cofres públicos. Quem desvia essas grandes somas não aparece, a não ser depois de investigações demoradas, que requerem talentos bem aprimorados — da polícia, de auditores de crimes financeiros ou mesmo de jornalistas muito especializados.

O problema é que, ao darmos tanta atenção ao que é fácil de enxergar (a corrupção “cultural”), acabamos esquecendo a enorme dimensão da corrupção estrutural, estruturada ou, como eu a chamaria, organizada.

Ora, podemos ter certeza de uma coisa: um grande corrupto não usa cartão corporativo nem gasta dinheiro da Câmara com a faxineira. Para que vai se expor com migalhas? Ele ataca somas enormes. E só pode ser pego com dificuldade.

Se lembrarmos que Al Capone acabou na cadeia por ter fraudado o Imposto de Renda, crime bem menor do que as chacinas que promoveu, é de imaginar que um megacorruputo tome cuidado com suas contas, com os detalhes que possam levá-lo à cadeia — e trate de esconder bem os caminhos que levam a seus negócios.

Penso que devemos combater os dois tipos de corrupção. A corrupção cultural nos desmoraliza como povo. Ela nos torna “blasé”. Faz-nos perder o empenho em cultivar valores éticos. Porque a república é o regime por excelência da ética na política: aquele que educa as pessoas para que prefiram o bem geral à vantagem individual. Daí a importância dos exemplos, altamente pedagógicos.

Valorizar o laço social exige o fim da corrupção cultural, e isso só se consegue pela educação. Temos de fazer que as novas gerações sintam pela corrupção a mesma ojeriza que uma formação ética nos faz sentir pelo crime em geral.

Mas falar só na corrupção cultural acaba nos indignando com o pequeno criminoso e poupando o macrocorrupto. Mesmo uma sociedade como a norte-americana, em que corromper o fiscal da prefeitura é bem mais raro, teve há pouco um governo cujo vice-presidente favoreceu, antieticamente, uma empresa de suas relações na ocupação do Iraque.

Conforme vemos, a corrupção secreta e organizada não é privilégio de país pobre, “atrasado”. Se pensarmos que corrupção mata — porque desvia dinheiro de hospitais, de escolas, da segurança —, então a mais homicida é a corrupção estruturada. Precisamos evitar que a necessária indignação com as microcorrupções “culturais” nos leve a ignorar a grande corrupção. É mais difícil de descobrir. Mas é ela que mata mais gente.

- 01.** De acordo com o autor, no Brasil, tanto há corrupção cultural quanto estrutural. Nesse sentido, a opção que sintetiza a ideia central do texto é:
- A)** Ações de combate à corrupção cultural e à estrutural têm sido empreendidas; todavia, até o momento, não há um exemplo sequer de combate efetivo à corrupção estrutural.
 - B)** Enquanto a corrupção cultural resulta na perda de valores éticos, a estrutural – típica de países subdesenvolvidos – desvia dinheiro público e, por isso, mata cidadãos.
 - C)** A corrupção cultural e a estrutural precisam ser combatidas, visto que a segunda apresenta consequências tão graves quanto a primeira.
 - D)** Os dois tipos de corrupção precisam ser combatidos; todavia, há de se convir que a corrupção estrutural apresenta consequências mais graves. Por isso, o combate a ela deve ser priorizado.
- 02.** Partindo da concepção ética do termo “corrupção”, adotada pelo autor, é correto afirmar que
- A)** buscar o privilégio pessoal por meio de uma relação com o outro permeada pelo favor representa o princípio da corrupção cultural.
 - B)** corromper o guarda de trânsito para se livrar da multa é um ato de corrupção estrutural semelhante ao ato de desviar recursos públicos.
 - C)** furar a fila é um exemplo de corrupção estrutural que pode ocasionar consequências mais sérias do que a simples vantagem pessoal.
 - D)** desviar recursos públicos de hospitais, de escolas, da segurança representa um ato homicida, facilmente identificado pelos órgãos fiscalizadores.
- 03.** Segundo o autor,
- A)** a corrupção estrutural encontra-se disseminada secretamente em todas as instâncias do poder, portanto é mais fácil de combater.
 - B)** a corrupção cultural, por fazer parte da vida comum e ser considerada legítima, é praticada pelos brasileiros de um modo ou de outro, às vezes, até despercebidamente.
 - C)** a indignação com atos de corrupção cultural é legítima, porém isso pode fazer com que se ignore a corrupção estrutural, cujas consequências são nefastas.
 - D)** os casos de corrupção organizada nos países desenvolvidos são facilmente descobertos por meio de investigação rigorosa e exemplarmente punidos
- 04.** De acordo com o texto,
- A)** a corrupção nos países pobres mata mais gente do que nos países ricos, porque desvia o dinheiro destinado a serviços sociais importantes.
 - B)** os megacorrupptos não conseguem esconder seus atos criminosos por movimentarem grandes somas de dinheiro.
 - C)** os pequenos atos de corrupção praticados pelas pessoas em situações do dia a dia impedem o combate à corrupção estruturada.
 - D)** existem práticas que, embora não sejam passíveis de punição legal, são antiéticas por ferirem princípios da boa convivência em sociedade.
- 05.** Considerando as regras de regência nominal e de regência verbal, analise o emprego do acento indicativo de crase nos trechos a seguir.

I	“[...] mais contrário ao bem comum e à coisa pública.”.
II	“[...] pertence à mesma família que trafegar pelo acostamento [...]”.
III	“[...] com os detalhes que possam levá-lo à cadeia [...]”.
IV	“[...] para que prefiram o bem geral à vantagem individual.”.

Os trechos em que a acentuação se dá pelo mesmo tipo de regência estão presentes nos itens:

- A)** II, III e IV.
- B)** I, II e III.
- C)** I e II apenas.
- D)** III e IV apenas.

06. Leia o período a seguir:

“Precisamos evitar **que a necessária indignação com as microcorrupções ‘culturais’ nos leve a ignorar a grande corrupção.**”

A opção cuja oração sublinhada tenha a mesma classificação da destacada no período é:

- A) “[...] é importante prestar atenção à responsabilidade que temos, quase todos, pela corrupção política, [...]”
- B) “Esclareço que, por corrupção, não me refiro à sua definição legal, [...]”
- C) “Não fazem parte de um sistema que vise a desviar vultosas somas dos cofres públicos.”
- D) “O problema é que, [...], acabamos esquecendo a enorme dimensão da corrupção estrutural, [...]”

07. Leia o trecho a seguir.

“Se lembrarmos que Al Capone acabou na cadeia por ter fraudado o Imposto de Renda, crime bem menor do que as chacinas que promoveu, é de imaginar que um megacorrupto tome cuidado com suas contas, com os detalhes que possam levá-lo à cadeia — e trate de esconder bem os caminhos que levam a **seus** negócios.”

O elemento coesivo em destaque refere-se a

- A) megacorrupto.
- B) Al Capone.
- C) caminhos.
- D) negócios.

As questões de 08 a 10 baseiam-se nas charges a seguir.

Charge 1



Disponível em: <<http://grooeland.blogspot.com.br/p/charges.html>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Charge 2



Disponível em: <<http://www.ivancabral.com/2012/03/charge-do-dia-corrupcao.html>>. Acesso em 27 abr. 2012.

08. A partir da leitura das duas charges, infere-se que

- A) a primeira charge tematiza um caso de corrupção cultural (um flagrante de preconceito social e racial); a segunda retrata apenas um diálogo entre pai e filho.
- B) ambas tratam do tema “corrupção”: a primeira exemplifica um caso de corrupção cultural; a segunda, estrutural.
- C) ambas referem-se ao mesmo tema: a primeira é um exemplo de corrupção entre empregador e empregada; a segunda, entre pai e filho.
- D) apenas a segunda charge aborda o tema “corrupção”, posto que a primeira revela um exemplo de preconceito social.

09. Na primeira charge,

- A)** a empregada doméstica, ressentida com o comentário de um jornalista sobre os garis, oferece, em sinal de protesto, café sem açúcar aos dois homens.
- B)** os dois homens criticam um jornalista que, publicamente, desvalorizou o trabalho dos garis, e a empregada doméstica se sente ofendida por isso.
- C)** os dois homens criticam o comentário desrespeitoso de um jornalista em relação aos garis, mas um deles age de forma muito semelhante com a empregada doméstica.
- D)** a empregada oferece café aos dois homens e um deles (provavelmente, o empregador) comete uma generalização indevida ao afirmar que a doméstica “não faz nada direito”.

10. Em relação à segunda charge, é correto afirmar que

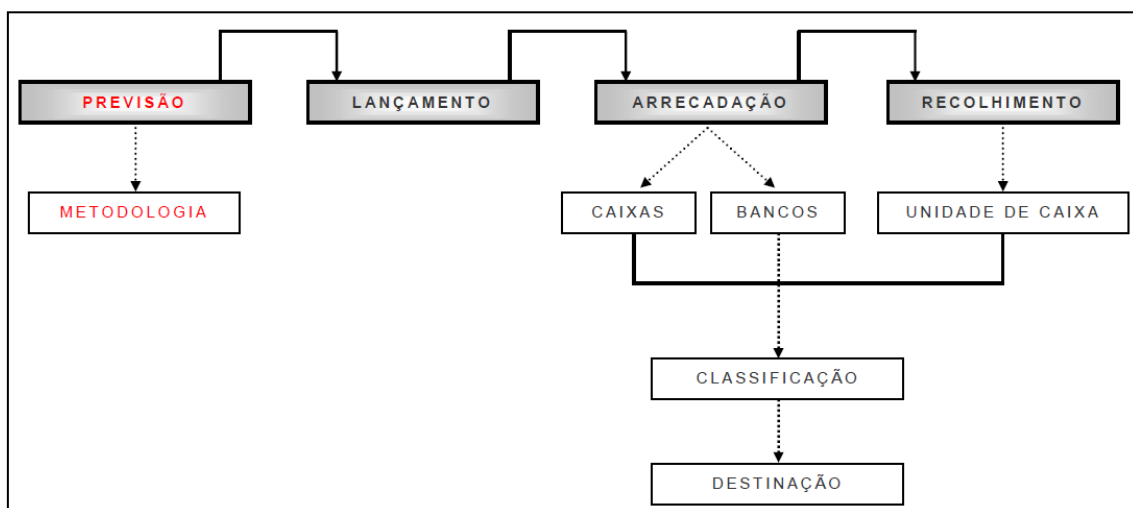
- A)** o pai do menino é um político que recebeu propina de um empresário.
- B)** a postura do pai do menino assemelha-se a de um corrupto.
- C)** o menino está fazendo uma pesquisa sobre as implicações da corrupção.
- D)** a postura do menino diante do pai revela indignação quanto à corrupção.

11. Enfermeira lotada em local insalubre recebe a notícia de que está gestante. O fato é comunicado à Chefia. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora
- A) fará opção por permanecer ou ficar afastada do local insalubre.
 - B) deverá permanecer no local de trabalho.
 - C) será afastada do local insalubre enquanto aguarda a licença gestante.
 - D) será afastada do local insalubre enquanto durar a gestação e lactação.
12. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considera-se remuneração
- A) retribuição pelo exercício da função de direção, chefia e assessoramento estabelecido em lei.
 - B) vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) adicionais e gratificações.
 - D) retribuição pecuniária pelo exercício do cargo com valor fixado em lei.
13. Servidor estatutário regido pela Lei nº 8.112/90, em estágio probatório, foi convocado para participar de curso de formação. O estágio probatório será
- A) interrompido, sendo o servidor exonerado.
 - B) interrompido e retomado a partir do término do impedimento.
 - C) suspenso e retomado a partir do término do impedimento.
 - D) suspenso, sendo o servidor demitido a partir do término do impedimento.
14. Servidor estatutário, não ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, candidatou-se ao cargo eletivo de vereador. Durante o período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, foi concedida a licença para atividade política. De acordo com a Lei nº 8.112/90, durante esse período o servidor
- A) fará jus à remuneração pelo período de três meses.
 - B) terá direito à remuneração.
 - C) ficará sem remuneração.
 - D) será afastado, sem remuneração, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
15. Servidora pública federal faltou ao trabalho sem justificativa, de modo intencional, durante quarenta e cinco dias consecutivos. De acordo com a Lei nº 8.112/90, caso a hipótese de abandono seja comprovada em processo administrativo disciplinar, a penalidade a que está sujeita essa servidora é
- A) suspensão de trinta dias.
 - B) demissão.
 - C) advertência.
 - D) suspensão de cinco dias convertida em multa.
16. À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, a sindicância envolvendo um servidor, com 35 anos de serviço, **NÃO** poderá resultar em
- A) instauração de Processo disciplinar.
 - B) arquivamento do processo.
 - C) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até trinta dias.
 - D) afastamento preventivo do exercício do cargo com suspensão de pagamento.

17. Servidora efetiva de uma instituição federal de ensino requereu a aposentadoria compulsória. Segundo determina a Lei nº 8.112/90, a vigência da aposentadoria será
- A) a partir do dia imediato àquele em que a servidora atingiu a idade de setenta anos.
 - B) a partir da data da publicação do respectivo ato.
 - C) será facultado à servidora a data da publicação.
 - D) será de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
18. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **NÃO** se considera
- A) licença para tratamento de saúde de pessoa na família do servidor, sem remuneração.
 - B) tempo de serviço em atividade privada.
 - C) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - D) tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às Forças Armadas.
19. Servidora estudante solicitou horário especial comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90,
- A) poderá ser concedido o horário especial, sem a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - B) poderá ser concedido o horário especial, com exigência da compensação de horário sem a redução de remuneração.
 - C) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - D) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e a redução de remuneração.
20. Para os efeitos da Lei nº 8112/90, **NÃO** se constitui forma de provimento nem de vacância de cargo público
- A) promoção.
 - B) readaptação.
 - C) redistribuição.
 - D) aproveitamento.

21. O Conselho Federal de Contabilidade, ao longo da sua história, promoveu alterações na nomenclatura dos princípios da Contabilidade. Em ordem cronológica, as nomenclaturas utilizadas foram:
- A) Princípios Fundamentais de Contabilidade, Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, Princípios de Contabilidade.
 - B) Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, Princípios de Contabilidade, Princípios Fundamentais de Contabilidade.
 - C) Princípios Fundamentais de Contabilidade, Princípios de Contabilidade, Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos.
 - D) Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, Princípios Fundamentais de Contabilidade, Princípios de Contabilidade.
22. A Resolução CFC nº 1282, de 28 de maio de 2010, reduziu o número de princípios de 7 para 6. O princípio que figurava na resolução anterior e que continua citado na nova resolução, porém não mais como princípio, é:
- A) Competência.
 - B) Atualização monetária.
 - C) Registro pelo valor original.
 - D) Prudência.
23. A expressão “passivo a descoberto” representa a situação patrimonial em que
- A) o fluxo de caixa não garante liquidez à empresa.
 - B) o passivo oneroso é maior que o não oneroso.
 - C) o ativo é maior que o passivo.
 - D) o patrimônio líquido está negativo.
24. Um fato contábil que não provoca alteração no patrimônio líquido da entidade é chamado de
- A) nulo.
 - B) modificativo.
 - C) misto.
 - D) permutativo.
25. A atual Lei das Sociedades por Ações excluiu da lista de demonstrações financeiras de divulgação obrigatória a demonstração
- A) dos Fluxos de Caixa.
 - B) das Origens e Aplicações de Recursos.
 - C) das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - D) do Resultado do Exercício.
26. O Plano de Contas é um conjunto de contas, diretrizes e normas que disciplinam as tarefas do setor contábil de uma entidade, uniformizando os seus registros contábeis. Entre os tipos de conta, estão as
- A) retificadoras, eventuais, de resultado, especiais.
 - B) patrimoniais, de resultado, retificadoras, analíticas.
 - C) analíticas, sintéticas, patrimoniais, eventuais.
 - D) de resultado, sintéticas, especiais, patrimoniais.

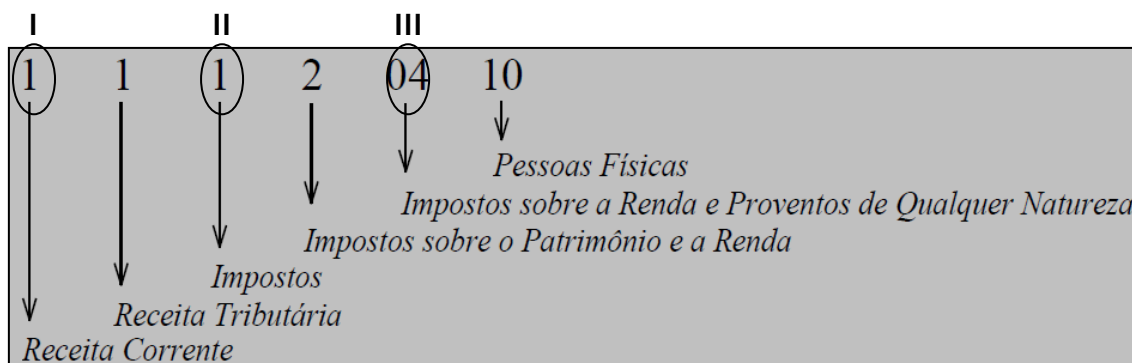
27. As contas de resultado são as que representam variações no patrimônio da entidade. São exemplos de contas de resultado:
- A) custo das mercadorias vendidas, descontos concedidos, receita de venda à vista.
 - B) juros ativos, estoques de mercadorias, descontos obtidos.
 - C) aluguel a pagar, receita de aluguéis recebidos a prazo, custo dos serviços prestados.
 - D) impostos a recuperar, juros passivos, prêmio de seguros.
28. Os critérios segundo os quais as receitas orçamentárias se classificam são:
- A) natureza; categoria econômica; origem; espécie; rubrica.
 - B) natureza; fonte/destinação de recursos; indicador de resultado primário.
 - C) indicador de desempenho; rubrica de agrupamento; categoria econômica.
 - D) indicador de desempenho; alínea; subalínea; origem.
29. São exemplos de ingressos extraorçamentários:
- A) depósitos em caução e contribuições de melhoria.
 - B) fianças e impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
 - C) depósitos em caução e operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - D) fianças e taxas de serviço público.
30. São considerados restos a pagar com prescrição interrompida
- A) os que foram pagos após disputa judicial vencida pelo credor.
 - B) aqueles dos quais o credor conseguiu a emissão do precatório correspondente.
 - C) os que foram cancelados, mas o direito do credor ainda está vigente.
 - D) aqueles que ultrapassaram mais de um mandato governamental.
31. Observe o esquema seguinte.



Fonte: **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional 2011, p. 43.

- O esquema anterior representa a ordem das etapas da
- A) receita pública orçamentária.
 - B) receita pública extraorçamentária.
 - C) despesa pública orçamentária.
 - D) despesa pública extraorçamentária.

32. Considere a representação esquemática do código de uma receita orçamentária a seguir:



Adaptado de: **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional. 2011, p. 27.

As partes I, II e III do código correspondem, **respectivamente**, a

- A) categoria econômica, origem e rubrica.
- B) categoria econômica, espécie e alínea.
- C) origem, rubrica e alínea.
- D) origem, espécie e subalínea.

33. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer regras norteadoras e básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do Orçamento Público. O princípio estabelecido de forma expressa pelo *caput* do art. 2º da Lei nº 4.320/64, que determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público é o da

- A) Universalidade.
- B) Unidade.
- C) Exclusividade.
- D) Transparência.

34. Considere as seguintes afirmativas sobre o Balanço Orçamentário:

I	Demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.
II	Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica.
III	Nesse demonstrativo, tanto as receitas quanto as despesas devem ser discriminadas por grupo de natureza.
IV	Valores referentes a refinanciamento da dívida mobiliária e de outras dívidas deverão constar, sem destaque, nas receitas de operações de crédito internas e externas.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e III apenas.
- B) I e II apenas.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

35. O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas previstas e

- A) as despesas pagas.
- B) as despesas empenhadas.
- C) as despesas fixadas em confronto com as executadas.
- D) as despesas fixadas em confronto com as realizadas.

36. Sobre o regime de capitalização simples, afirma-se :

I	Dizemos que duas ou mais taxas de juros são equivalentes quando estão expressas em períodos de capitalizações diferentes, entretanto, quando aplicadas a um mesmo capital, com prazos idênticos, produzem montantes iguais.
II	Taxa proporcional é a taxa nominal devidamente adequada ao número de períodos de capitalização da operação financeira.
III	A taxa incide apenas sobre o capital originalmente aplicado, portanto os valores dos juros são sempre crescentes.
IV	A aplicação desse regime é muito restrita no mercado financeiro brasileiro, salvo algumas exceções, tais como: desconto de duplicatas, desconto de notas promissórias e operações de longo prazo.

Das afirmativas apresentadas,

A) apenas I e II estão corretas.

B) I, II e III estão corretas.

C) apenas II e IV estão corretas.

D) I, III e IV estão corretas.

37. As taxas de juros semestrais proporcionais a 45% ao ano e 12% ao quadrimestre correspondem, respectivamente, a

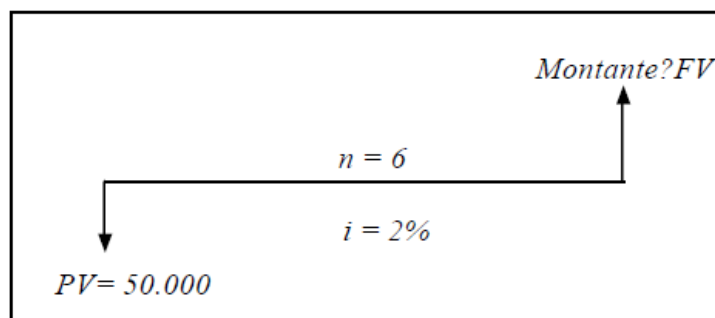
A) 22,5% e 18%.

B) 3,75% e 3%.

C) 22,5% e 2%.

D) 3,75% e 4%.

38. Observe a figura seguinte:



Disponível em:

<<http://www.portaladm.adm.br/Matematica/Aula%20MF2.pdf>>.

Acesso em: 04 abr. 2012.

O montante ou valor futuro esperado na operação representada é de

A) R\$ 56.000,00, em regime de capitalização composta.

B) R\$ 56.308,12, em regime de capitalização composta.

C) R\$ 6.308,12, em regime de capitalização simples.

D) R\$ 6.000,00, em regime de capitalização simples.

44. Para fins de elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais, são consideradas apenas as variações qualitativas
- A) decorrentes de receitas e despesas de capital.
 - B) provenientes de receitas e despesas correntes.
 - C) decorrentes de incorporação de ativos e desincorporação de passivos.
 - D) provenientes de incorporação de passivos e desincorporação de ativos.
45. Para que um ativo intangível pertencente a uma entidade pública seja reconhecido, os prováveis benefícios econômicos futuros esperados desse ativo devem ser gerados em favor da entidade. Outra condição para o reconhecimento é que
- A) o valor dos benefícios futuros esperados possam ser mensurados.
 - B) o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.
 - C) os benefícios futuros esperados não superem o custo do ativo.
 - D) as reduções por imparidade possam ser estimadas.
46. Segundo a Lei nº 8.666/1993, atualizada pela Lei nº 12.349/2010, a licitação deve ser processada e julgada em estrita conformidade com certos princípios básicos. Entre esses princípios estão os
- A) da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório.
 - B) da legalidade, da universalidade, da igualdade, da transparência, da impessoalidade, da probidade administrativa.
 - C) da moralidade, da igualdade, da exclusividade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo.
 - D) da moralidade, da exclusividade, da publicidade, da probidade administrativa, do julgamento objetivo.
47. Para a contratação, diretamente ou através de empresário exclusivo, de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, deve-se promover
- A) uma licitação na modalidade convite.
 - B) uma dispensa de licitação.
 - C) uma licitação na modalidade concurso.
 - D) uma inexigibilidade de licitação.
48. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, deverá atender ao disposto no parágrafo 2º do artigo 165 da Constituição Federal e deverá dispor, também, sobre
- A) ordenadores de despesa.
 - B) origens e destinações de recursos extraorçamentários.
 - C) equilíbrio entre receitas e despesas.
 - D) métodos e sistemas de apuração de custos.

49. Sobre o Sistema de Amortização Americano, é correto afirmar:
- A) Os juros são crescentes e as parcelas, decrescentes.
 - B) É indiferente que o regime de juros seja simples ou composto.
 - C) O capital é amortizado periodicamente e de forma constante.
 - D) É utilizado nos financiamentos de veículos no Brasil.
50. A LRF definiu os limites para a despesa total com pessoal para os entes da federação. Esses limites foram determinados como os percentuais da receita corrente líquida da União, Estados e Municípios, que correspondem, **respectivamente**, a
- A) 50%, 60% e 60%.
 - B) 50%, 60% e 70%.
 - C) 60%, 60% e 50%.
 - D) 70%, 50% e 60%.